

## TRABALHO NAS POLÍTICAS SOCIAIS: Um debate sobre as principais tendências.

Anna Carolina Macedo Cardoso<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir algumas das principais tendências do trabalho nas políticas sociais. Analisando o papel do trabalho na sociedade capitalista, a função do Estado com impulsionador do desenvolvimento capitalista, a disputa pelo fundo público, e os rebatimentos nas políticas sociais. Essas proposições se fazem necessárias na compreensão das condições de inserção do assistente social em espaços sócio-ocupacionais.

**Palavras-chave:** Políticas Sociais 1; Estado 2. Trabalho 3.

### ABSTRACT

This article aims to discuss some of the main trends in social policy work. Analyzing the role of work in capitalist society, the role of the State as a driver of capitalist development, the dispute over public funds, and the repercussions on social policies. These propositions are necessary in order to understand the social worker's insertion conditions in socio-occupational spaces.

**Keywords:** Social Policies 1. State 2. Work 3.

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre trabalho na atualidade propõe o esforço de compreender o trabalho enquanto práxis, enquanto determinante do ser social, para posteriormente captarmos as distinções e características do trabalho dentro da lógica capitalista. A alienação e a expropriação presentes no modo de produzir separa o trabalhador dos meios de produção e a valorização do capital passa a ser o objetivo primário.

Ao se valorizar e se estabelecer como modo de produção, o capitalismo lança mão de mecanismos que assegurem a sua acumulação permanente. O Estado funciona como instrumento para o pleno desenvolvimento do capital e para isso vai regularizar a vida, as relações sociais, a produção e reprodução da força de trabalho através das políticas sociais.

<sup>1</sup> UERJ; Doutoranda em Serviço Social; carolinacardosoas@gmail.com

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



As políticas sociais e o fundo público serão frutos dos tensionamentos da relação conflituosa entre as classes. O que vai ser desvelado através do orçamento. Esses tensionamentos se refletirão na execução dos serviços públicos, das políticas sociais, que serão alvos de reformas, privatizações e desmantelamento de direitos sociais.

Portanto, tais assuntos se colocam com chaves de análise importantes para a compreensão dos processos sociais que terão impacto nas condições de inserção do assistente social em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Essas mediações são fundamentais para a compreensão dos traços universais que impactarão nos processos socioinstitucionais e que demarcarão as condições que se organizam os processos de trabalho coletivos onde se inclui o assistente social.

## 2 O TRABALHO NO CAPITALISMO

Para Marx, o trabalho é condição eterna da existência humana, e o processo de trabalho é o trabalho no momento da atividade criadora. No processo de produção teremos uma dupla relação: a apropriação natural (material) e a apropriação social (relação social de produção). Nesse modo de produção as relações pessoais manifestam-se como relações sociais de troca subsumidas a equivalência entre as mercadorias. (HIRANO, 2001)

Trabalho é fundante do ser social. Todo fenômeno social pressupõe o trabalho com todas as suas consequências ontológicas. (LUKÁCS, 2013)

O trabalho é a utilização da força de trabalho. Para que o trabalhador incorpore seu trabalho em mercadoria ele tem que incorpora-lo em valores de uso. O trabalho é um processo entre o homem e a natureza. Ao modificar a natureza, ele também se modifica. No final do processo de trabalho chega-se a um resultado previamente idealizado pelo trabalhador. Os momentos do processo de trabalho são: o trabalho, o objeto e os meios. (MARX, 2006)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O processo de trabalho, enquanto consumo de força de trabalho pelo capitalista, revela dois fenômenos: o primeiro é que o trabalhador labora sob o controle da capitalista a quem pertence seu trabalho; e segundo, o produto é propriedade do capitalista e não do produtor direto, do trabalhador. (MARX, 2006)

O capitalista quer primeiramente produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo o valor seja maior do que a soma das mercadorias requeridas para a sua produção, ele quer produzir não só uma mercadoria, mas também mais -valor. (MARX, 2006)

O capitalismo além da produção do mais valor, produz também um sistema de exploração das propriedades naturais e humanas, tendo como suporte a ciência. O trabalho intelectual além de produzir valor, produz as concepções que justificarão as formas históricas de poder e dominação capitalista

A produção, quando já é comandada pelo capital, além de produzir a mais-valia, também produz um sistema de exploração e dominação geral das propriedades naturais e humanas tendo como suporte a ciência. Ou seja, ela realiza a apropriação através da ciência, não da violência e do poder pessoal, colocando o saber científico ao seu serviço, na espécie de capital fixo, diferentemente do escravo, que é apropriado pessoalmente, e não socialmente. (HIRANO, 2001, p. 11)

O trabalho técnico- científico, quando subsumido ao capital é produtivo pois cria utilidade e auxilia na apropriação do excedente. A produção intelectual é reflexo desta organização social concreta. A interdependência entre produção intelectual e material permite compreender os elementos ideológicos das classes dirigentes. (HIRANO, 2001)

Na fase manufatureira do desenvolvimento capitalista, a coordenação intelectual do processo de trabalho e o planejamento do trabalho produtivo, ocorre em conjunto pelos capitalistas e pelos trabalhadores. (HIRANO, 2001)

Na fase da reprodução ampliada o trabalho produtivo vai se simplificando, fragmentando, necessitando da mediação técnico-científico para sua programação e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



planejamento. O trabalho intelectual então emerge como mediador e dominador do trabalho simples.

Deste modo, no processo de desenvolvimento histórico da produção capitalista, ao chegar à etapa monopolista, manifesta-se, na esfera da produção, um espaço necessário para o trabalho de planejamento, programação e controle, resultante do desenvolvimento científico já alcançado pelas forças produtivas. O trabalho técnico-científico, agora essencial à produção capitalista, passa a ser determinante e dominante – e momento de mediação necessária à realização do trabalho diretamente produtivo. (HIRANO, 2001, p. 11)

A ciência e a técnica conformam o conhecimento objetivado. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o conhecimento se converteu em força produtiva imediata. Essa conversão realiza-se por meio do capital e pela apropriação capitalista do intelecto coletivo, que serve ao processo de produção e reprodução capitalista. (HIRANO, 2001)

A reprodução social na sociedade capitalista terá como ponto de partida a relação mercantil que pressupõe uma divisão de trabalho relativamente desenvolvida. Onde a troca significa que determinados valores de uso são produzidos para além da necessidade imediata de seus produtores e onde seus produtores têm necessidade de produtos que eles próprios não conseguem produzir.

Ambos os fatos apontam um determinado nível da divisão de trabalho no interior da comunidade; já mostram que determinados seres humanos se especializaram em determinados trabalhos, o que necessariamente pressupõe que outros devem fazer aqueles trabalhos que são indispensáveis para a preservação e reprodução de suas vidas. (LUKÁCS, 2013, p. 122)

Hirano (2001) fala sobre duas modalidades do trabalho intelectual como produtor de valor de uso, como produtor de saber: uma delas é o saber que domina a natureza e a outra é o saber social que controla a relação entre os homens, produzindo as formas ideológicas e políticas jurídicas de dominação.

## 3 FUNÇÕES DO ESTADO CAPITALISTA

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



No capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se com as funções econômicas. A intervenção estatal visa a garantia dos superlucros dos monopólios, e como poder econômico e político o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. O Estado atua como instrumento de organização da economia, como um administrador dos ciclos de crise. Resultando numa integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. (NETTO, 2006)

No capitalismo monopolista, é uma função estatal, o controle e a preservação da força de trabalho (ocupada e excedente). O Estado é compelido a regular a pertinência da força de trabalho a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, como também a instrumentalizar com mecanismos que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio. (NETTO, 2006)

A legitimação sociopolítica do Estado a partir da generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais contribuem para o estabelecimento do consenso que assegura as suas ações. O Estado ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável as demandas das classes subalternas e esse processo é tensionado pelas exigências da ordem monopólica. É nessas condições que as sequelas da “questão social” podem tornar-se objeto de intervenção contínua e sistemática do Estado, através da política social. (NETTO, 2006)

A função da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista é a preservação e controle da força de trabalho. A política social, neste contexto, se constitui em políticas sociais, onde as expressões da “questão social” são enfrentadas como problemática particulares.

No século XX ocorre um extenso dismantelamento de direitos sociais e trabalhistas – uma expropriação de direitos. Se introduziu uma nova “normalidade”: segmentaram-se as violações de direitos. Abriram-se enormes debates públicos ao

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



mesmo tempo que se encapsulava cada questão e ao isola-las retiravam seu conteúdo geral. Inicia-se uma disputa de urgências, em que cada segmento se apresentava como mais urgente e carente de atenção. (FONTES, 2010)

Na segunda metade da década de 1970, a partir do esgotamento do padrão keynesianista – fordista provocam um reordenamento que no se restringe a esfera econômica, atingindo também o modelo de proteção social, em razão da necessidade do capital em elevar as taxas de lucro. Para a dinâmica da acumulação do capital comandado pelas finanças os equipamentos públicos com base no acesso universal tornaram-se obsoletos. A resposta do capital para organização da força de trabalho é estender a lógica das finanças para a totalidade da vida social, conformando uma sociabilidade onde as políticas mínimas sejam elementos de financeirização no cotidiano dos trabalhadores. (GRANEMANN, 2007)

## 4 O FUNDO PÚBLICO EM DISPUTA

No capitalismo ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público<sup>2</sup> no âmbito do orçamento estatal que é espaço de luta política. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos financiam políticas anticíclicas nos períodos de crise. O orçamento público é o que garante concretude à ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo. (SALVADOR, 2012)

O fundo público tem papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com o capital. A sua presença na reprodução da força de trabalho é uma questão estrutural do capitalismo. A realização do fundo público se dá por meio da extração de recursos da sociedade (impostos, taxas, mais-valia socialmente produzida, etc.). (SALVADOR, 2012)

<sup>2</sup> Formado por parte dos lucros dos empresários e do trabalho necessário de trabalhadores que são apropriados pelo Estado sob a forma de impostos e taxas. (ALMEIDA E ALENCAR, 2011)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A expressão mais visível do fundo público é o orçamento público. Elemento importante para compreender a política social pois reflete a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, permitindo mensurar a importância dada a cada política pública em determinado contexto histórico. (SALVADOR, 2012)

No Brasil, o orçamento é financiado pelos pobres via imposto sobre o salário e tributos indiretos, sendo apropriado pelos mais ricos através de transferência de recursos para o mercado financeiro e acumulação de capital. O sistema tributário foi edificado para privilegiar a acumulação capitalista e onerar os mais pobres e os trabalhadores assalariados que “pagam a conta”. (SALVADOR, 2012)

Granemann (2007) discorre que é inoportuno denominar “política social” os serviços operacionalizados por agentes privados, pois seria considerar políticas sociais as diversas formas de privatização do fundo público, contribuindo para o fetiche que o capital e os seus arranjos podem operar direitos sociais de maneira coletiva, pública e universal. Segundo a autora, política social realizada de modo público, somente pode ser desenvolvida pelo Estado.

As necessidades do capital em encontrar novos espaços de valorização para minimizar os impactos das crises, têm nas contrarreformas do Estado sua expressão atual, através das privatizações e conversão em “serviços- mercadorias”. (GRANEMANN, 2007)

O estabelecimento de modelos de proteção social que articulam formas privadas e públicas para diferentes frações da classe trabalhadora não se esgota na necessidade fiscal de ajuste dos gastos posta pelo capital. Esta é uma necessidade, mas somente reduzir o valor da força de trabalho pela eliminação ou pelo rebaixamento do direito não basta: há que se conformar, de um lado, um novo espaço para a comercialização dessas mercadorias como expressão vital da capacidade de o capital propiciar a criação de novos negócios potencializadores da acumulação capitalista; de outro

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



lado, direcionar as políticas sociais que restam sob o controle do Estado para a lógica da financeirização. (GRANEMANN, 2007, p. 63)

Formas de monetarização da política social passam a substituir os equipamentos universais pelas onipresentes “bolsas” traduzindo-se em acumulação aberta aos capitais bancários – financeiros pelos sistemas de proteção social. A monetarização da política social e a mercantilização dos serviços sociais aprofunda a segmentação e a divisão da classe trabalhadora entre assistencialismo minimalista e monetarizado para os mais pobres e mercantilização da “proteção social” para os trabalhadores que podem comprar. (GRANEMANN, 2007)

## 5 TENDÊNCIAS DO TRABALHO EM ÂMBITO ESTATAL

Antunes (2018) ao falar sobre a classe trabalhadora nos dias atuais, discorrerá que apesar de parecer que o proletariado industrial vem se reduzindo, há uma forte contratendência dada pela expansão de novos contingentes de trabalhadores, especialmente no setor de serviços. O autor falará também sobre o novo proletariado da era digital que ganharam novo impulso com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que conectam pelos computadores, tablets e celulares as mais distintas modalidades de trabalho. A constituição e a expansão de um novo proletariado de serviços passam a ter cada vez mais um papel de destaque na formação da classe trabalhadora ampliada que se expande em escala global e que tem sido responsável por mobilizações da classe trabalhadora.

Antunes (2018) destaca que a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, a partir de contratos por tempo determinado. A explosão de empresas terceirizadas tem sido um importante propulsor de mais-valor. A terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo geradoras

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de valor. A terceirização amplia a extração de mais valor para além do espaço privado, introduzindo- a no espaço público.

Nas últimas décadas os capitais vêm impondo sua trípole destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis da empresa corporativa. (ANTUNES, 2018)

Antunes (2018) apresenta a hipótese que estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo.

Marx destaca a dimensão fetichista que substitui as relações humanas e as condições sociais as quais dependem as relações capitalistas para a permanência dos fetiches. As novas expropriações demonstram que para a existência do capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado. (FONTES, 2010)

Nesse contexto, ampliam-se os mecanismos de exploração, intensificação e precarização da classe trabalhadora, uma vez que a destruição dos direitos sociais conquistados passa a ser uma imposição do capital em sua fase de hegemonia financeira. (ANTUNES, 2018)

Nos anos 1990 o Brasil adere ao receituário neoliberal e a questão do funcionalismo público passa a estar na agenda das reformas necessárias à retomada do crescimento econômico. A partir disso, os governos passam a tratar o emprego público como problema fiscal, visando restringir sua dimensão e redução de custos. (GOMES, 2012)

As reformas econômicas instituídas nos anos 1990, que visaram adaptar a economia brasileira ao panorama internacional, caracterizado por uma crescente globalização financeira e produtiva, tiveram impactos negativos sobre o mercado de trabalho nacional. (GOMES, 2012, p. 168)

PROMOÇÃO



APOIO



O Plano Diretor <sup>3</sup>(1995) discorre sobre as relações de trabalho argumentando que a legislação que a regula é “protecionista” e inibe “o espírito empreendedor”, defende a avaliação de desempenho do funcionalismo e a premiação daqueles que obtiverem atuação destacada. (GOMES, 2012)

As relações entre governo e representação dos trabalhadores foram tensionadas durante toda a década de 1990. Nos anos 2000, verifica-se uma tentativa de resolução de conflitos entre a Administração Pública Federal e o funcionalismo público, através do estabelecimento de uma Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)<sup>4</sup>. Porém essa alternativa apresentou limites refletindo a incapacidade de consenso ou de dirimir conflitos, sua realização ainda estaria comprometida por bloqueios legais em tramitação no Congresso Nacional e de autoria do próprio poder Executivo Federal.

Conforme discorre Antunes (2018), apesar das tentativas de conciliação, é somente através de ações coletivas mobilizadas é que será possível se contrapor ao sistema do capital. O maior desafio no momento é impedir que as fraturas objetivas impactem as possibilidades de ação subjetiva, impedindo sua ação enquanto classe trabalhadora em sua totalidade. (ANTUNES, 2018)

Essas mediações são fundamentais para a compreensão dos traços universais que impactarão nos processos socioinstitucionais e que demarcarão as condições que se organizam os processos de trabalho coletivos onde se inclui o assistente social.

Nas instituições públicas estatais os processos de trabalho coletivos são organizados de acordo com a função política, ideológica econômica do Estado em

<sup>3</sup> O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (MARE, 1995), doravante denominado Plano Diretor, foi a síntese dos diagnósticos e proposições do governo Fernando Henrique Cardoso para a reforma do Estado brasileiro. O documento concentra-se detidamente no aparelho de Estado, ou seja, na administração, nos recursos humanos, nos serviços e na forma de propriedade e representa o embrião das modificações legais inscritas nas emendas constitucionais n. 19 e n. 20, ambas aprovadas em 1998. (GOMES, 2012, p. 169)

<sup>4</sup> A Mesa foi inaugurada em 2003 e seus objetivos estão declarados em seu regimento. Lá se pode perceber que, a um só tempo, intenta-se criar um canal duradouro para o tratamento dos conflitos e das demandas dos servidores da administração direta, fundacional ou autárquica, sempre em busca de uma saída negociada para os possíveis impasses. (GOMES, 2012, p. 173)

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



relação aos processos de distribuição do valor materializado em serviços sociais. As condições de trabalho do assistente social nesse âmbito dependem do perfil assumido pelo Estado.

As racionalidades que presidem os processos de trabalho no âmbito das políticas públicas resultam de processos políticos, econômicos e ideológico. E sob a hegemonia neoliberal, prevalecem no âmbito do Estado tendências como: os processos de descentralização, privatização e focalização da política social.

O trabalho do assistente social na política de assistência social está referenciado na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social referencias que condensam no plano legal, o reconhecimento da política de assistência social como direito, propondo novas racionalidades que delineiam os serviços assistenciais prestados. Para além disso, tal racionalidade se contrapõe a uma cultura apoiada em processos políticos e institucionais apoiados em práticas clientelistas e caritativas.

Os autores Almeida e Alencar (2011) elencam algumas características do trabalho do assistente social na política de assistência social, dentre eles:

- a inserção pela via do concurso público em menor escala que as por contrato temporário impossibilitando o estabelecimento de uma cultura de trabalho;
- a inserção e equipes multiprofissionais que possibilitam o estabelecimento de sistemas cooperativos, mas que produzem tensões acerca das competências e atribuições dos outros profissionais;
- tendências de municipalização e subordinação de formas de operacionalização às diretrizes do governo federal;
- interdependência entre instituições públicas e privadas em município com baixa capacidade de investimento próprio;
- crescimento de atuação nas instancias de gestão e de controle social;
- aumento dos procedimentos técnicos burocráticos e de produtividade como parte das exigências postas pelos programas governamentais e pelos gestores municipais;

## PROMOÇÃO



## APOIO



- diminuição das condições de desenvolvimento de ações pedagógicas em função do aumento do volume de trabalho com procedimentos decorrentes da operacionalização dos programas federais;
- tendência de especialização dos serviços em função do público atendido (idoso, criança, mulher, etc.);
- aumento das ações interinstitucionais em função da dimensão intersetorial da política, envolvendo órgãos de vários poderes;
- e o financiamento da política de assistência social ainda muito distante da possibilidade de oferta de um sistema de proteção social efetivamente público e de qualidade.

## 6 CONCLUSÃO

Durante a construção do artigo e levantamento bibliográfico foi possível compreender os fundamentos teóricos que versam sobre a teoria do valor e a categoria trabalho a partir de Marx. A produção do “mais – valor” passa a ser central na lógica capitalista, mesmo que para isso seja necessário um intensivo processo de expropriação da classe trabalhadora.

Dentro desse contexto, a função do Estado enquanto facilitador do processo de acumulação. Atuando nos processos de disputa do fundo público e na sua distribuição. Reordenando apenas uma parcela para as políticas sociais e atuando no enfrentamento das crises.

A partir das décadas neoliberais observa-se a precarização da Força de Trabalho, do ambiente de trabalho, das políticas sociais, dos serviços públicos, rebaixamento de salário, processos de privatização e terceirização. Tal cenário como reflexo da contrarreforma implementada visando o crescimento econômico.

Portanto, pensar um trabalho que não seja alienante, que não seja canal de expropriação e que realize o homem, significa pensar num outro projeto de sociedade onde a liberdade apareça como valor central.

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney L. T. de & ALENCAR, Mônica Maria T. de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAL ROSSO, Sadi. **Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços**. Caderno CRH. v. 27. n. 70. Salvador: jan-abril 2014..
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital- imperialismo: teoria e história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GOMES, D. C; BARBOSA e SILVA, L. & SÓRIA, S. **Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do Governo Lula**. Revista de Sociologia Política, v. 20, n. 42, Curitiba: UFPR, jun. 2012.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRANEMANN, Sara. **Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho**. Revista em Pauta. n. 20. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2007.
- HIRANO, Sedi. **Política e economia como formas de dominação o trabalho intelectual em Marx**. Tempo Social. Revista de Sociologia. v. 13. n. 2. São Paulo: USP, novembro de 2001.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. V. 1. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e o financiamento de políticas sociais no Brasil**. Serviço Social Revista. V. 14 n. 2. Londrina: UEL, jan-jun. 2012.

### PROMOÇÃO



### APOIO

